



JANEIRO DE 2017

A ignorância como ideologia: *a educação nos Estados Unidos*

Yuri Martins-Fontes

Quando lemos nos jornais que uma potência econômica supostamente “desenvolvida” elegeu como presidente um megaempresário semi-idiota, chauvinista, racista e desequilibrado o suficiente para causar uma guerra mundial, ou que a metrópole mais “desenvolvida” de um país emergente elegeu como prefeito um multimilionário com idade mental de adolescente para queimar verbas públicas enxugando gelo em uma cruzada cinzenta contra pichadores (esses incontornáveis artistas subversivos), certamente, a todos que pudemos desfrutar de uma educação minimamente questionadora acerca da realidade, nos vêm a ponderação: por que essa miséria?

Como discutido anteriormente nesta coluna, não se pode afirmar que tais maiorias populares que votaram contra seus interesses (de classe e humanos) o tenham feito de modo lúcido. Antes, as explicações podem ser encontradas no desencanto *palpável* dos bolsos das classes populares com as políticas centristas cada vez mais “mínimas” ; e no baixo nível cultural generalizado (em especial nos EUA e Brasil), problema que não é decorrente da falta de estruturas que possibilitassem mudanças, mas da própria visão política da “modernidade ocidental” – que tem na mediocridade cultural o *pilar* de seu projeto de Estado (forma mais sutil do que as armas para a manutenção do poder e da concentração de renda).

Quanto a este último ponto, tratamos já do caso do “PIG global” e seus interesses político-

mercantis – enquanto empresários e voz das classes dominantes. Verifiquemos agora a questão da deterioração da educação, focando-nos nos EUA, esse império moderno – país no qual a falta de verba nunca foi, nem de longe, um obstáculo.

Estados Unidos (e Brasil): baixo nível educacional como ideologia para o “progresso”

Em um extremo oposto ao de Cuba – pequena ilha de população igual à da cidade de São Paulo, cujo índice de alfabetização é de 99,8% (3º do mundo após Geórgia e Eslováquia segundo relatório do PNUD-ONU), e que justamente por possuir uma população crítica, a cada menor gesto atrai para si as manchetes oligárquicas de todo o mundo –, os EUA (e o Brasil, seu tradicional vassalo) têm por característica histórica a insuficiência educacional de sua população. Isto, com a peculiaridade que tal baixo nível no ensino – logicamente não relacionado à escassez de recursos desta riquíssima nação – nunca foi tido como um problema crucial a ser enfrentado efetivamente pelo Estado, mas sim tratou-se de um “projeto” político-ideológico (embora por vezes o excesso de ignorância nacional tenha ligado o alerta de alguns de seus governos).

A situação de deterioração educacional nos EUA remonta ao início do século XX, quando o então presidente Wilson se reúne com os maiores empresários do país, com o intuito de encontrar formas para resolver o problema da falta de mão-de-obra qualificada para a indústria. A partir das ideias de industriais como Frederik Taylor, Henry Ford e Andrew Carnegie, a educação estadunidense se consolidou no sentido de formar uma grande massa (quanto maior, mais barata) de trabalhadores disciplinados e qualificados para operar máquinas, os quais, por outro lado, teriam aumentado seu poder de compra, aquecendo a economia daquele período da Grande Guerra. Instituiu-se assim as bases da sociedade de consumo que rege nossos dias, levando-se a cabo um modelo de ensino massivo e gratuito para o povo, que o capacitava a desempenhar com eficiência trabalhos mecânicos (que naquela época foram fundamentais à indústria, mas se tornariam mais e mais obsoletos), ao mesmo tempo em que se reduziu a quase nada a formação em temas das humanidades – que pudessem favorecer o questionamento da sociedade e conseqüentemente causar problemas. Em meio a isso, como não poderia deixar de ser, as classes dominantes investiram em técnicas pedagógicas que formariam uma pequena elite de executivos, bem adestrados na capacidade de decidir e manipular.

Quanto ao Brasil, desde meados do século XX, com a ascensão do poderio e influência estadunidense no pós-Guerra, o país se afasta da concepção educacional europeia, até então mais humanista, passando a seguir os EUA nesse modelo “universalizante” da baixa qualidade – tecnicista, acrítico e logicamente elitista (com a propagação das escolas particulares, como escape

das elites).

Já no final do século, o problema ganharia uma dimensão perigosa, que fez tal projeto ser ao menos repensado – embora nada de contundente tenha sido feito. Para ilustrar o caso, vejamos a impactante análise da historiadora Susan Berglund, professora da Universidade Central da Venezuela e doutora por Massachusetts (EUA). Nos anos 1980, quando os EUA tinham se tornado o grande banco central do mundo (após romperem unilateralmente com a paridade dólar-ouro, contando com a submissão europeia, gesto que os encaminhariam para se consolidar nos 1990 como a única superpotência do planeta), um emblemático relatório da *National Commission on Excellence in Education*, durante o governo R. Reagan, mostrou que esse período “áureo” na política externa e economia não se traduziu em benesses mais fundamentais para a população. “Nossa nação corre riscos” – diz o estudo –, pois que as bases educacionais do país (já tão pouco sólidas) estão sendo destruídas por uma “crescente maré de mediocridade”, o que ameaça, concluem os autores, o futuro da nação e do povo: são então 23 milhões são analfabetos funcionais, e 40% dos jovens de até 17 anos são analfabetos.

Segundo a pesquisadora, os motivos de tal situação foram, além da pobreza de certos distritos educacionais e da falta de preparação docente (derivada dos baixos salários), os programas educacionais de “estudos gerais” implementados, que deram imensas “liberdades” para que as crianças desde bem jovens escolhessem (de acordo com sua supostamente “autônoma” consciência infantil) o que querriam ou não estudar – segundo a proposta escolanovista de viés pós-moderno (que hoje domina as mais conceituadas escolas particulares brasileiras, e influencia, em seu pior aspecto, as públicas). Retirou-se assim a obrigatoriedade de disciplinas menos úteis ao programa político oligárquico, como história e filosofia, e mesmo um segundo idioma – como era de se esperar –, mas surpreendentemente, até a matemática foi precarizada (reduzida a só um ano de obrigatoriedade)!

Note-se de passagem que isso se deu aos moldes do que vem impondo o atual governo golpista brasileiro, segundo a anacrônica cartilha do neoliberal FMI (que aliás, nem o FMI defende mais) e assessorado publicitariamente por pseudo-atores globais e movimentos “apartidários” bancados pelo Instituto Millenium/DEM/PSDB, dentre outras mentes iluminadas do gênero.

A alarmante ignorância no novo século

Uma década depois, no início do século XXI, vejamos certos frutos simbólicos desta crise displicentemente enfrentada. Em 2006, motivada pela intensa campanha midiática da guerra dos

EUA contra o Iraque, a revista *National Geographic* elaborou pesquisa que mostrou que apenas 37% dos jovens do país sabiam localizar a tão falada nação asiática no mapa-múndi; e o que talvez seja mais grave: a metade dos entrevistados foi incapaz de dizer onde ficava Nova Iorque no mapa dos EUA. Mas o despreparo vai muito mais longe: um terço dos jovens afirmou que a população de seu país gira em torno de 1 a 2 bilhões de pessoas (quando são 300 milhões); e somente 14% – um em cada sete – opina que é importante conhecer uma língua estrangeira. Em sua conclusão, o relatório afirma que os jovens do país “não estão preparados para um futuro cada vez mais globalizado” – e talvez aí resida uma pista do porquê de ter sido eleito um nome conservador como Trump: pois que, como já estudado amplamente na psicologia, o sujeito menos capaz de compreender a complexa realidade em movimento, tende a manter-se em posições rigidamente defensivas, “conservando” deste modo os poucos elementos já familiares que está apto a compreender.

Mas sigamos com as evidências desta crise que transcende a educação e ameaça a própria civilização, visto que nas mãos de um literalmente estúpido governante se encontra um poderio bélico suficiente para a destruição de vários planetas – o que, segundo projeções otimistas, no mínimo deve nos levar a uma nova guerra fria nos próximos anos. Segundo a *Avaliação Nacional do Progresso Educacional dos EUA*, em pesquisa de 2009, 68% dos alunos de escolas públicas chegam ao terceiro ano fundamental sem saber ler, e menos da metade dos que terminam o ensino médio têm níveis de leitura suficientes para cursar uma universidade.

Ainda neste período, um estudo da Universidade do Texas revelou que 25% dos professores de biologia das escolas públicas do país acreditavam que os dinossauros teriam habitado a Terra ao mesmo tempo que os primeiros humanos – desconhecendo (biólogos que são) o hiato de *breves* 60 milhões de anos que separam a existência de uma e outra espécie. Ademais, 70% dos professores de ciências do ensino médio, desconhecem as normas nacionais de ensino da evolução das espécies, e continuam ensinando a seus alunos tão somente o “criacionismo”. Tais dados decerto têm ligações íntimas com pesquisa do instituto Gallup que mostra que 42% dos estadunidenses creem que deus criou os seres humanos há menos de 10 mil anos.

Os exemplos são muitos, e não é possível analisar aqui a todos, mas para finalizar, há dois anos uma enquete da *Fundação Nacional para a Ciência dos EUA* (NSF) revelou que um em cada quatro estadunidenses não sabe que a Terra gira ao redor do Sol; e que metade da população do país considera a *astrologia* uma ciência e simplesmente “desconhece” a teoria de que o homem descende dos primatas. Diante do absurdo de tais números, a pesquisadora Megan Strom, em seu artigo “Promovendo a ignorância nos Estados Unidos”, se pergunta se esses dados teriam relação com o fato de que, mesmo com tantas evidências e catástrofes, 74% dos senadores estadunidenses

ainda negam o aquecimento global. Trump, aliás, nos primeiros dias de mandato, já mandou deletar a seção dedicada às mudanças climáticas do site da Casa Branca.

O fracasso neoliberal da privatização do ensino

Um fato primordial para uma análise do problema apresentado é que os baixos índices de rendimento acadêmico dos EUA se localizam especialmente nas comunidades mais pobres, e têm ligação direta com os cortes no orçamento da educação, promovidos pelas correntes privatizadoras que atacam o setor público desde há décadas. Dados recentes mostram que, se 47% dos estudantes até a oitava série foram reprovados em inglês, no caso das escolas periféricas de Nova Iorque, este número ascende a 65%. Trata-se de um modelo educacional que responde a uma lógica mercantil – fundada no poder de compra e que fomenta o individualismo, a competição (ou seu florido eufemismo, a “competitividade”), não valorizando o desenvolvimento do estudante no sentido pleno de suas capacidades humanas.

Com cerca de 50 milhões de alunos matriculados, os EUA têm hoje um dos níveis educacionais mais baixos do mundo desenvolvido. O Departamento de Educação, em 2013, afirmou em relatório que a “competitividade global” de seu ensino está debilitada, e que isso se deve ao enorme abismo que existe entre as “condições socioeconômicas dos distintos grupos sociais”, e ao baixo nível de profissionalização dos professores, mal remunerados.

Já no caso do Brasil – de intelectuais como o artista Frota (“*Invadindo a Retaguarda*”, “*Anal Total 10*”) e o fofoqueiro hoje conhecido como Marco Villa-do-Trote –, a situação é parecida. Após um breve hiato de neodesenvolvimentismo lulista, que atuou por alguma melhoria da educação – embora insuficientemente, priorizando sempre o consumo –, vemos o Brasil retomar sua orientação histórica: rumo ao atraso. Segundo o relatório trianual PISA/2015 (Programa Internacional de Avaliação de Alunos – estudo que é uma referência mundial da área), o qual avaliou a aprendizagem de estudantes de 15 anos em 70 países, o Brasil, embora tenha aumentado, durante o lulismo, seu investimento no ensino, passando de 32% a 42% da média dos países centrais do capitalismo (ditos “desenvolvidos”), não viu ainda essa verba se refletir em uma melhora efetiva: o país continua nas últimas posições, nas 3 áreas analisadas (ciências 63º, leitura 59º, e matemática 65º). Já os EUA – à semelhança do Brasil, guardadas as proporções – também figuram dentre os últimos dos últimos, quando se leva em consideração os países ricos.

Em nossa realidade brasileira, na qual as escolas particulares desfrutam de tanto prestígio por dentre as classes médias, um dado curioso chama a atenção: os alunos das escolas particulares, mais abonados e bem estruturados (com mais tempo livre, apoio familiar e melhor alimentação)

saíram-se infimamente melhores de que seus colegas em inferiores condições socioeconômicas da rede pública – uma das menores diferenças registradas entre o ensino público e particular no mundo. Segundo estudiosos do tema, entrevistados pela BBC-Brasil, os motivos deste aparente paradoxo é que a baixa valorização (não só econômica, mas moral) do professor brasileiro não acomete apenas os funcionários públicos, mas é generalizada. Salários (extremamente) baixos, falta de motivação profissional, formação deficiente dos professores e falta de autonomia docente estão dentre as causas principais.

No outro polo deste quadro, temos países como Cuba e Cingapura. Se Cuba detém a melhor educação da América, sendo inclusive superior a muitos dos países mais ricos do mundo, e comparada a nações-modelo, como Cingapura, Suíça e Canadá, isso não se trata de um milagre ; ao contrário da América Latina que de modo geral destina cerca de 4% do PIB à educação, o governo socialista caribenho destina mais de três vezes este valor: 13%. Segundo recente declaração do Banco Mundial – órgão político conservador e liberal: “Cuba é internacionalmente reconhecida por seus êxitos nos campos da educação e da saúde... comparando-se a países desenvolvidos” (algo que a ONU há décadas já reconheceria, mas que ganha significado quando vindo da voz do inimigo).

Já a pequena e rica cidade-Estado de Cingapura é tida como detentora da melhor educação de todo o mundo, e como Cuba, tem práticas que certamente poderiam guiar Estados precários educacionalmente – como EUA e Brasil: políticas de valorização do professor, tanto econômica quanto socialmente, com plano de carreiras que incluem atividades de pesquisa e de direção de escola, formação pedagógica continuada, e mesmo remuneração das atividades “invisíveis”, típicas do magistério, como o tempo de preparação da aula e correção dos trabalhos escolares.

Certamente, tais parâmetros estão longe de nossa realidade política brasileira atrasada, que se arrasta de golpe em golpe, e em especial, longe desse momento caótico em que é imperativo ao governo reacionário buscar apoio no que há de mais arcaico e fascista – atacando como era de se esperar aqueles personagens cuja função é justamente a promoção da crítica: os artistas, os educadores.

Efetivamente, como afirmou o grande pensador brasileiro Caio Prado (ele o disse em relação ao Brasil, mas se trata de uma ideia que parece ter validade universal): o baixo nível cultural das elites, seu pouco apreço pela leitura, pelo estudo, reflete-se na população e vice-versa, de modo dialético. Vide o caso Trump.